A GREVE DO MAGISTÉRIO

Na última sexta feira, 13 de maio, professores e funcionários de Escola, reunidos no Ginásio Gigantinho e cansados do descaso do governo Sartori para com a categoria, decretaram greve por tempo indeterminado.

O governo teve todo o ano passado para atender a Pauta de Reivindicações , mas além de não dar resposta, iniciou uma medida perversa: o parcelamento dos salários, que já se tornou contumaz. A cada final de mês, os educadores e demais servidores do Executivo, ficam em suspense, sem saber quanto e quando vão receber a integralidade de seus salários. Os pagamentos atrasam e os credores batem às suas portas. É uma situação humilhante para todos e especialmente para os professores, que são considerados modelos para seus alunos. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 prevê a manutenção do congelamento de salários, mesmo com a aprovação do aumento do ICMS proposto pelo governo e aprovado no ano passado.

Li hoje nos jornais, que os deputados aprovaram ontem, dia 17 de maio um reajuste de 8,13%, para os funcionários do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado e Assembleia Legislativa. Nada mais justo, pois se trata apenas da reposição da inflação. O que não se pode aceitar é o famoso “dois pesos e duas medidas”, pois os funcionários destas instituições, vem recebendo regularmente, enquanto que, os do Executivo, além de não receberem nenhum tipo de reajuste nos seus salários, ainda passaram a receber parcelados.

Alegam estes órgãos, que tem orçamentos próprios e recursos para estes reajustes, só esquecem de dizer, que eles saem do mesmo “cofre” do Estado e, portanto, do bolso do contribuinte, que não consegue acessar serviços públicos de qualidade.

Ontem, dia 17 de maio, aconteceu a primeira reunião entre o Comando Geral de Greve e o governo do Estado, na qual, para a presidente do CPERS, Helenir Schurer, o único ponto positivo foi a garantia de que os alunos que ocupam escolas, não sofrerão repressões. A questão salarial sequer foi tocada.

Há, porém, um fato novo e muito positivo nesta greve: os alunos começaram a ocupar as escolas, a exemplo do que vem ocorrendo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os jovens começam a se conscientizar que tem direito a uma escola de qualidade, num ambiente acolhedor e adequado e que seus professores precisam receber um salário digno. Esta luta tem, portanto, uma característica diferente. Os estudantes assumiram a defesa de suas escolas e de seus professores. Quando a greve terminar, com certeza, o clima nas escolas não será o mesmo. Terá mudado para melhor.

Profª. Marina Lima Leal

Canoas, 18 de maio de 2016